

HISTÓRIA, IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RIO-PARDENSE

HISTORY, IDENTITY AND PRESERVATION OF RIO-PARDEN'S HERITAGE

José Antonio Moraes do Nascimento¹
Larissa Santos da Silva²

Resumo: A história e a identidade de um determinado lugar são processos em construção. Esses processos são expressos pelo patrimônio cultural. Por isso, preservá-lo é uma forma de garantir que a história e a identidade se mantenham vivas entre seus moradores, bem como uma forma de se apresentar aos visitantes. Os grupos sociais, ao demonstrar os elementos identitários, procuram edificar imagens de si para se apresentar ao *mundo*; arquetam suas identidades a partir da seleção de fatos históricos patrimonializados. Assim, o presente artigo apresenta elementos do patrimônio cultural, da história de Rio Pardo e dos movimentos de preservação que destacam a identidade local.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Identidade; Rio Pardo.

Abstract: The history and identity of a given place are processes under construction. These processes are expressed by cultural heritage. Therefore, preserving it is a way to ensure that the history and identity remain alive among its residents, as well as a way to introduce yourself to visitors. Social groups, when demonstrating the identity elements, seek to build images of themselves to present themselves to the world. They architect their identities based on the selection of heritage historical facts. Thus, this article presents elements of cultural heritage, the history of Rio Pardo and preservation movements that highlight the local identity.

Keywords: Cultural Heritage; Identity; Rio Pardo.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e dos Cursos de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

² Professora de História. Licenciada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

Introdução

O patrimônio cultural expressa parte da história e da identidade de um determinado território. Os grupos sociais, em disputa da representatividade identitária, procuram edificar imagens de si para se apresentar ao *mundo*. Assim, vão arquitetando suas identidades a partir da seleção de fatos históricos, os quais são patrimonializados para favorecer a edificação de uma identidade e de uma história específica em constante processo de construção. Os grupos sociais se baseiam em elementos comuns, como costumes, crenças, tradições e comportamentos sociais que trazem a ideia de pertencimento ao grupo. Ao mesmo tempo, devem fazer parte das estratégias de desenvolvimento, com a criação de políticas de valorização de seus produtos e serviços. Dessa forma, a preservação dos bens culturais é fundamental, porque o patrimônio cultural é a expressão dessa identidade.

A escolha do patrimônio que representa uma sociedade ou um grupo ocorre, portanto, a partir de embates teóricos, políticos, econômicos e culturais dos atores envolvidos, o que leva a um constante processo de construção do que é entendido como patrimônio cultural. Além disso, as respostas às tendências homogeneizantes da cultura da globalização despertaram interesse pelo que é peculiar de um grupo ou de uma nação (VOGT, 2008, p. 29), influenciando nessa seleção.

Assim, seguindo as visões apontadas acima, o presente texto abordará a importância de conhecer e preservar os patrimônios históricos materiais de Rio Pardo, que é um dos municípios mais antigos do Rio Grande do Sul, e que traz marcas, costumes e tradições luso-açorianas. É constituído por inúmeras construções que, além de sua utilização prática cotidiana, guardam aspectos significativos de acontecimentos do passado, os caracterizando como patrimônios culturais. Por isso, juntamente com a denominação de *Tranqueira Invicta*, o município é conhecido como *Cidade Histórica*.

Para dar conta da história, dos elementos que compõem a sua identidade e conhecer as políticas de preservação do patrimônio Rio-pardense, o texto abordará inicialmente uma discussão teórica sobre o patrimônio cultural e a relação com identidade e memória. Na sequência, serão apresentados questionamentos e observações pertinentes à importância de guardar esses locais de caráter histórico e um debate sobre a memória ser apagada e/ou substituída, bem como possibilidades de proteção do patrimônio cultural.

Em relação à história de Rio Pardo, para situar o leitor, será realizada uma breve contextualização a partir dos tratados que deram formas ao atual território do Rio Grande do Sul, contribuindo para a expansão portuguesa nas terras per-

tencentos aos espanhóis. Nesse cenário, Rio Pardo foi um divisor de águas, pois serviu como base para as investidas dos portugueses e, conseqüentemente, gerou marcas históricas e culturais presentes até a atualidade. Serão apresentadas, ainda, as transformações ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, os primeiros contatos com os portugueses, seguido dos movimentos mais intensos de ocupação populacional, até *os anos de ouro da cidade*, nos meados de mil e oitocentos, quando se tornou um importante entreposto comercial.

Na seqüência, serão abordados os principais prédios históricos de Rio Pardo, a sua relação com os meios de proteção patrimonial e como estes se encontram atualmente. Dessa forma, seguindo uma ordem cronológica de criação/construção, serão apresentados sete patrimônios específicos, são eles: a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário (1779); o Solar do Almirante Alexandrino de Alencar (1790); o Teatro Apolo (1794); o Clube Literário (1886); a Rua da Ladeira (1813); a Ponte do Couto (1848) e a Antiga Escola Militar de Rio Pardo (1848). A escolha desses locais ocorreu porque estão entre os patrimônios de maior significado, em função de sua importância histórica e identitária local.

Por fim, com base na preocupação de que grande parcela dos moradores do município não tem ciência da história local e da necessidade de sua preservação, serão abordadas as ações tomadas pelo poder público municipal no ambiente escolar, no que tange ao conhecimento da história de Rio Pardo e de suas construções patrimonializadas. Assim, além de conhecer a história de Rio Pardo, destacar-se-ão os principais patrimônios presentes no município e a importância de sua preservação, a partir de algumas ações concretas.

Patrimônio cultural, memória e movimentos de preservação

O patrimônio cultural é “uma forma da sociedade expressar – material e imaterialmente – seus desejos, aspirações e necessidades” (DILLY; GEVEHR, 2021, p. 107), ou seja, aquilo que projeta o que for considerado importante para sua identidade. Entretanto, as “seleções patrimoniais, que, pretensamente, manifestam o passado através do seu patrimônio” (DILLY; GEVEHR, 2021, p. 107) são escolhas para preservar uma determinada memória construída e em construção.

Na sua origem, patrimônio significava *herança paterna*, mas, depois, a palavra passou a ser usada para se referir a todo bem material que pertencesse, sobretudo, ao patriarca de família nobre. Inicialmente, não tinha ligação com a ideia de preservação e memória, mas servia para apontar a quem pertenciam determinados bens materiais. Ao longo do tempo, a visão sobre o que é patrimônio sofreu modificações, sobretudo durante o século XVIII, com a Revolução Francesa e os decorrentes

movimentos de revoltas das camadas sociais empobrecidas que, em forma de protesto contra o governo, promoveram destruição coletiva dos símbolos que faziam referência ao clero e à nobreza. Para frear tais atos de depredação e saques, foi criada a Comissão dos Monumentos (BRITO, 2018).

As propostas e os atos da comissão, à época, foram considerados *antirrevolucionários* porque protegiam, principalmente, bens de origens medievais, do clero e da aristocracia. Assim, a iniciativa não prosperou. Entretanto, quase meio século depois, em 1837, a França instituiu a Comissão de Monumento Histórico para identificar e proteger aquilo que passou a ser considerado patrimônio. A partir desse momento, a escolha e a proteção de bens e monumentos como patrimônio ganhou espaço e atenção em vários países.

No Brasil, também houve muita luta e insistência na defesa da preservação e do reconhecimento do patrimônio cultural. Leis foram criadas, principalmente a partir dos anos 1930, culminando com a atual Constituição, de 1988, que consolidou uma legislação protecionista (ABREU; CHAGAS, 2009). Em razão dessa trajetória, o patrimônio, antes representado por um conceito limitado, que servia apenas para retratar os bens individuais e as heranças paternas, transformou-se num “conjunto de todos os bens materiais ou imateriais que, pelo seu valor intrínseco, são considerados de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico” (VOGT, 2008, p. 14).

Dado o exposto, percebe-se que o patrimônio cultural vai muito além de estruturas físicas, ou seja, de estátuas, quadros, casas e castelos antigos e sua preservação ocorre em razão da identidade, da história, dos símbolos e dos códigos que caracterizam a memória coletiva e a cultura de um povo, país, estado ou município. A memória, mesmo de acontecimentos não vividos por determinado grupo, pode se enraizar fortemente na construção social e cultural dele, mostrando-se presente de diferentes formas.

A memória também se elabora a partir de figuras, pessoas e personagens históricos que, em sua maioria, caracterizavam-se como indivíduos pertencentes a um alto posto social e se enquadram em uma imagem de herói ou de vilão. Ainda, há os *lugares de memória* (NORA, 1993), que são instituições formadas por museus, locais históricos, arquivos e monumentos. Os locais de memória, além dos citados anteriormente, diversas vezes se mostram como residências habitadas por figuras simbólicas ou como espaços que serviram de palco de batalhas e até mesmo de aprisionamento e/ou extermínio em massa, como campos de concentração e senzalas. Com efeito, pode-se verificar que a memória presente no patrimônio tem a missão

de lembrar, ao grupo social, quem ele é e qual seu passado e, a partir disso, permitir uma reflexão acerca do presente e suas estruturas sociais.

Ao mesmo tempo, a memória presente em um monumento pode gerar reações, como a derrubada de estátuas, permitindo questionar se a depreciação de tais monumentos foi uma forma de vandalismo, ato de protesto ou, ainda, um “acerto de contas” com o passado.

Um dos primeiros alvos dos manifestantes foi uma estátua de Cristóvão Colombo, decapitada na noite do dia 9 de junho, em Boston, Estados Unidos. Nos dias seguintes, o gesto contra símbolos do colonialismo se repetiu. No dia 11 de junho, na cidade inglesa de Bristol, a estátua do traficante de escravos Edward Colston foi derrubada e jogada no principal rio da cidade. Neste mesmo dia, em Portugal, uma estátua do padre Antônio Vieira, no Largo Trindade, em Lisboa, foi também destruída. De acordo com informações do portal Público, a palavra “descoloniza” foi pintada de vermelho no movimento. Além disso, a boca, mãos e hábito do clérigo foram tingidas de vermelho e no peito das crianças indígenas, que estão representadas à sua volta, foi pintado um coração (CARVALHO, 2020, n.p.).

Assim, percebe-se a força, o significado, o sentimento, a influência e a lembrança que um monumento carrega, mesmo após ter passado anos ou décadas desde o acontecido. Entretanto, ainda que uma imagem e/ou um local de memória sejam dolorosos para muitas pessoas, eles são necessários para lembrar, pensar e se questionar sobre o passado e sua implicação no presente. Contribuem para a constituição cultural, bem como permitem eleger quais fatos são centrais para a construção social.

O impacto que um patrimônio histórico tem sobre o povo é forte, pois, como já foi dito, ele carrega em si a função de servir como lembrança do passado histórico e seus reflexos na atualidade. Por isso, a derrubada de monumentos históricos não resolve o problema ocasionado por aquele que foi homenageado; poder-se-ia manter e preservar as estátuas, a fim de fazer um exercício reflexivo e de ressignificação dos opressores dos séculos passados. Dessa forma, há a necessidade de preservação dos bens patrimoniais como um todo e, nesse aspecto em particular, dos monumentos históricos, culturais e identitários. O que torna uma edificação, projeto, arte, monumento em patrimônio histórico ou local de memória são os simbolismos e a história que estão presentes neles.

A história e a memória andam juntas, porém não são iguais. A memória permite a lembrança e o esquecimento dos fatos, podendo ser coletiva e individual, despertar sentimentos de dor, raiva, identificação e até mesmo de reflexão. Além disso, permite que símbolos, imagens, nomes e locais sejam transpassados para o presente. A história tem a preocupação de construir continuidades e trazer senti-

do e “vida” ao monumento. Enfim, combate o desaparecimento da identidade, da cultura e da tradição de um determinado povo, em um certo espaço e tempo. Já a memória é mutável, ou seja, está em constante transformação e evolução, podendo ser substituída por novas lembranças (HUYSSSEN, 2000, p. 28).

Ainda, segundo Huyssen (2000), é importante manter o cuidado com a conservação da lembrança, pois, se essa não recebe a devida manutenção, corre o risco de ser modificada ou se perder. Isso ocorre porque constantemente se criam novas memórias e narrativas, uma vez que as lembranças são selecionadas por nível de importância para um grupo, sociedade ou indivíduo em determinado espaço e tempo. Por isso, um patrimônio móvel ou imóvel, que fora tombado e protegido, pode reafirmar a veracidade de um determinado contexto, manter e trazer à tona memórias que identificam as raízes, a cultura e a luta de certo povo ou a história local.

Desta forma, a pertinência de preservar está na necessidade de se entender o presente, as raízes e a identidade (CAMARGO, 2005). Por isso, se aprovou leis e se fundou órgãos encarregados de garantir a integridade e a proteção do patrimônio cultural. Através disso, se possibilitou que todo o cidadão possa requerer às autoridades responsáveis a proteção de um determinado local, de uma arte, de um monumento e/ou objeto. Na sequência, especialistas analisarão o caso e, se houver características relacionadas à certa cultura, identidade e história nacional, iniciará um processo para a salvaguarda do mesmo.

A proteção do patrimônio cultural, em termos mundiais, está sob a responsabilidade da Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação (UNESCO) e, no Brasil, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No Rio Grande do Sul, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) que, em parceria com o IPHAN, direciona seus esforços para a proteção dos patrimônios culturais, materiais e imateriais. Além de trabalhar com a questão da proteção dos patrimônios por meio do tombamento,

Estabelece [...] as diretrizes, orientações e as intervenções nessas áreas. O IPHAE realiza ainda convênios e parcerias junto aos municípios, com a intenção de inventariar os bens edificados de valor cultural, atendendo, dessa forma, a todos os municípios do Estado, auxiliando-os na implementação de legislações municipais de tombamento e desenvolvendo ações de proteção do patrimônio cultural em parceria com os municípios, o IPHAN e as associações civis (RIO GRANDE DO SUL, s.d.).

O IPHAN, dentre suas principais ações legais de proteção, realiza o *tombamento*, que é uma das medidas mais antigas utilizadas para com o patrimônio, visando à proibição da depredação e destruição de locais de memória, além de estabelecer os cuidados que devem ser realizados para garantir a proteção e a integridade dos

patrimônios. A Lei 12.343/2010 promoveu, ainda, o Plano Nacional de Cultura e estabeleceu o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), que objetiva orientar o poder público a buscar, por meio de ações e projetos, a proteção, promoção e divulgação do patrimônio, da história e da cultura nacional. Além disso, a lei pretende estabelecer a proteção da memória e da identidade local, para que as futuras gerações possam ter acesso e, ao mesmo tempo, a noção do valor histórico, identitário, étnico e cultural (BRASIL, 2010).

Por isso,

o patrimônio cultural geralmente é tido como representativo da memória coletiva – uma vez que se parte do princípio, muitas vezes teórico – de que nele a comunidade se reconheça e se identifique com ele. Sabemos que essas questões são bastante complexas, tendo em vista que todo patrimônio cultural oficializado, através de processos de tombamento, é fruto de uma escolha – e essa nem sempre segue princípios democráticos em suas definições – até porque no decorrer dos tempos o entendimento que se tem por patrimônio e as formas de entender a história – enquanto uma narrativa sobre o passado – se transformam e as seleções feitas, nesse âmbito, refletem, muitas vezes, essas correntes de pensamento (DILLY; GEVEHR, 2021, p. 107).

Enfim, o patrimônio de um grupo social garante a ideia de pertencimento ou representatividade a esse grupo (CAMARGO, 2005). Além disso, não permite que a memória do passado, que fez parte da construção do presente, caia no esquecimento. Entretanto, se um local de memória não receber os devidos cuidados, logo se transformará em ruínas, se apagando e sendo substituído por artefatos ou construções que levarão ao esquecimento e desvalorização da memória e da identidade que caracterizou as gerações anteriores. Assim, pretende-se apresentar a história, a identidade, a memória e a preservação do patrimônio em Rio Pardo, levando em consideração as ressalvas que fizeram Dilly e Gevehr (2021, p. 107), de que o *patrimônio oficializado* é consequência da escolha de diferentes grupos sociais, épocas e entendimento sobre o passado.

3 Rio Pardo, *Tranqueira Invicta*

A história de Rio Pardo e, conseqüentemente, de seus patrimônios, está relacionada às disputas de fronteiras realizadas no sul do continente americano, entre as coroas portuguesa e espanhola. Inicialmente, as terras do que viria a ser o Rio Grande do Sul ficaram para a Espanha e se caracterizavam como “um local que aparentemente não continha metais preciosos [...], era impróprio para a produção comercial da cana-de-açúcar ou de outros produtos tropicais [...] e o litoral carecia de um porto natural para as embarcações” (VOGT; ROMERO, 2010, p. 12).

O território Rio-grandense passou a ser explorado e povoado mais efetivamente, tanto por espanhóis, quanto por portugueses somente no final do século XVI. No entanto, uma das ações de apossamento mais efetivo, segundo Macedo (1980), ocorreu no ano de 1715, quando Francisco Brito Peixoto, Capitão-mor da Vila de Laguna, recebeu a missão de explorar e analisar as terras localizadas no atual Rio Grande do Sul. Durante seu trajeto exploratório, teve contato com um território caracterizado por campos, matas e dois rios principais, sendo um de aspecto turvo e barrento, o qual passou a ser denominado de *pardo*. Tal identificação deu origem ao nome do povoado (Vila de Rio Pardo) que, mais tarde, seria instalado nessas terras, na foz do rio Pardo, quando deságua no Jacuí.

Além disso, o Capitão-mor foi encarregado de encontrar um local seguro e propício para iniciar assentamentos populacionais de portugueses. Ele fez isso numa forte elevação que permitia uma ampla visão ao sul e que tinha espaço para que fossem montadas estratégias de proteção do lugar. Essa exploração foi consolidada no ano 1750, com o Tratado de Madri, o qual legitimou novas fronteiras entre as potências ibéricas. Em seguida, o governante do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, viajou para o território que hoje é denominado de Rio Pardo, com a missão de construir um forte para garantir a efetiva ocupação e guarnecer a nova fronteira (VOGT; ROMERO, 2010, p. 19).

Em um local elevado, na margem esquerda do rio Jacuí, no lugar que passou a ser chamado de Alto da Fortaleza, foi construído o Forte Jesus, Maria, José. A fortaleza teve um papel notável para a construção da história de Rio Pardo e, consequentemente, do Rio Grande do Sul. Resistiu aos ataques vindos da Guerra Guaranítica, ocasionada pelas mudanças de fronteiras estabelecidas pelo tratado de Madri, que obrigava os indígenas a se mudarem de suas terras (REZENDE, 1993).

Mais tarde, em 1773, resistiu aos ataques dos espanhóis, quando D. Juan José de Vertiz y Salcedo, com o efetivo de três mil homens, tentou retomar o poder sobre essas terras. Do lado português, Marcelino de Figueiredo, que liderava o Regimento dos Dragões, na Fortaleza, apesar do seu baixo efetivo militar, ao ser intimidado pelos espanhóis, utilizou uma estratégia para ludibriar os inimigos. Ordenou que fossem colocados à vista todos os seus canhões, até mesmo os que não funcionavam. Além disso, solicitou que as bandeiras do regimento fossem hasteadas no alto do forte e determinou a movimentação dos soldados. Promoveu a ilusão de que tinha um grande efetivo e que estava pronto para a batalha, se fosse necessário. Os espanhóis, vendo todo aquele movimento e aparato bélico, desistiram de atacar, de modo que o forte se manteve invicto (REZENDE, 1993; LUZ, 2007).

Tais situações renderam o lema de *Tranqueira Invicta* para Rio Pardo, que o carrega em sua bandeira. Assim, o local estratégico Alto da Fortaleza, juntamente do Regimento dos Dragões, foi um marco importante, que permitiu manter os limites e a dominação portuguesa sobre o local, além de dar início à construção, ao povoamento e ao desenvolvimento de Rio Pardo.

Imagem 1 – Bandeira de Rio Pardo: o Forte, os Dragões e Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2019).

O forte não existe mais, mas apenas um desenho e resquícios do que fora outrora uma fortaleza provisória, uma *tranqueira* para evitar o avanço inimigo. Há uma planta do suposto forte, o qual estaria localizado na margem esquerda do rio Jacuí, mas não se tem registro de que ele tenha sido terminado. Acredita-se que a extensão dessa tranqueira era uma paliçada de madeira, ou seja, a proteção em torno do território fronteiriço era feita com estacas de madeiras. Por esse motivo, não há leis patrimoniais que protejam o local.

Imagem 2 – Resquícios do Forte Jesus, Maria, José



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2019).

Enfim, com a formação da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e a primeira divisão administrativa oficializada por D. João VI, no ano de 1809, surgiram as vilas de Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Rio Pardo era a maior e a mais povoada. Após a fundação da vila, as construções urbanas foram ampliadas; também foram edificadas igrejas com traços tipicamente açorianos, praças que permitiam os movimentos econômicos, moradias e locais de encontros sociais. A intensificação do povoamento impulsionou a ascensão do comércio local e, em 1813, supostamente houve a construção da primeira rua calçada do Rio Grande do Sul, a rua da Ladeira, facilitando o movimento econômico, de compra e venda local.

Para melhor ilustrar, Nicolau Dreys, um viajante francês que visitou as cidades do Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do século XIX, apresentou em seus escritos que:

Rio Pardo, de expansão é uma espécie de depósito donde as fazendas seguem para as povoações mais afastadas ao Sul e a Oeste [...] por meio de carros grandes puxados por três, quatro e mais juntas de bois. Além disso, grande parte do trânsito de objetos importados efetua-se pelo rio Jacuí, por meio de canoas bastante grandes (DREYS *apud* MACEDO, 1980, p. 39).

Em meados do século XIX, a família imperial viajou pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Rio Pardo foi um dos locais que recebeu D. Pedro II e a imperatriz D. Teresa Cristina, no ano de 1846. Em outro momento, durante a Guerra do Paraguai, o imperador retornou à cidade de Rio Pardo, no ano de 1865, e se hospedou numa construção de 1798, local que, mais de meio século depois, recebeu o nome de Solar dos Panatieri, localizado na esquina da rua Andrade Neves com a rua da Ladeira.

Imagem 3 – Solar dos Panatieri (1798)



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2019).

Passados alguns anos, especificamente quando o império se encontrava em fase de decadência, a Princesa Isabel e o seu marido, Conde D'Eu, estiveram visitando Rio Pardo e se hospedaram na residência do comandante superior da Guarda Nacional, João de Freitas Leitão. Essa residência se localiza na rua Andrade Neves com a travessa Matheus Simões, ou seja, no local onde está instalado o atual prédio do Banrisul (REZENDE, 1993, p. 54).

Depois da primeira visita de D. Pedro II, Rio Pardo tornou-se uma cidade em expansão, um entreposto comercial, já que os rios em torno da cidade permitiam esse movimento. Assim, após a vila subir para o status de cidade, mostrou uma grande contribuição para a história do Rio Grande do Sul e suas delimitações territoriais. A partir de Rio Pardo, que ocupava quase toda a parte norte do estado, surgiram mais de 200 municípios, ao longo de seus mais de dois séculos de história. Dando sequência à questão histórica e visando expor a importância dos patrimônios de Rio Pardo, a seguir serão destacados os principais pontos que, atualmente, são considerados de memória e história municipal.

Construções significativas para Rio Pardo entre os séculos XVIII e XIX

Constantemente, as pessoas circulam e passam por locais históricos, de memória ou lugares com monumentos considerados significativos para a identidade local. No entanto, poucos os observam e refletem sobre eles, a respeito da manutenção de fachadas de prédios antigos, dos motivos de se ter monumentalizado tal imagem ou objeto, ou do seu papel para o desenvolvimento. A ausência da reflexão estimula o esquecimento daquilo que identifica uma sociedade, região ou município. Os prédios que contêm significativas histórias (e memórias) são deixados à mercê do tempo, até acabarem em ruínas.

Por isso, no intuito de não deixar que a história de Rio Pardo e de seus patrimônios relevantes caia no esquecimento, algumas das edificações que fazem parte da sua identidade e memória serão destacadas. De acordo com documentação do Arquivo Histórico de Rio Pardo, os patrimônios culturais da cidade estão protegidos por ações de tombamento e arrolamento, promovidos pela prefeitura, pelo IPHAN e pelo IPHAE. Além disso, cabe destacar que há o total de 101 locais considerados patrimônios históricos, entre esse número, apenas 16 são tombados e os demais são arrolados pelo município (RIO PARDO, 2018).

Ao se andar pelas estreitas ruas da *vila* de Rio Pardo, tem-se acesso a antigas construções com características açorianas: algumas com fachadas preservadas; outras em processo de deterioração. Além disso, como o município tem sua origem no

período em que se praticava a escravidão, no Brasil, é possível observar que certas edificações possuem um cômodo subterrâneo, o qual era utilizado como senzala.

Imagem 4 – Antiga morada do Coronel José Antônio Pereira Rêgo (XIX)



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2019).

Em função de haver uma legislação preservacionista e uma mentalidade conservacionista de parte da população, há um número considerável de construções que remetem a um passado mais distante. Entretanto, cabe ressaltar que os encontramos em processo de transformação, com obras paradas, alguns com as estruturas conservadas e outros esquecidos e sem qualquer cuidado. O tombamento serve para proteger os bens materiais de cunho cultural, mantendo suas estruturas e fachadas conservadas, preservando a memória, identidade e a história. Em Rio Pardo, a maioria do patrimônio ainda está numa primeira fase, que é o arrolamento, ou seja, a descrição simples de um inventário ou a lista de bens, aguardando para serem tombados, pela prefeitura municipal.

Contudo, diversos patrimônios locais são amparados pela lei nº 12.003, de 12 de novembro de 2003, do governo estadual do RS. Essa lei estabelece que determinadas áreas históricas de Rio Pardo estão integradas ao Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul, devendo ser usadas e protegidas conforme estabelecido na Constituição Estadual. É o caso, por exemplo, de vias públicas, construções e lotes localizados em quatorze ruas distintas. Além desses locais, estão amparadas: a Ponte sobre o Rio Pardo; a Capela do cemitério municipal; a estação ferroviária, localizada em Ramiz Galvão e na sede da praça Ferroviária; a casa sede da fazenda Belina; o sobrado Troca-Troca, de Rio Pardo; a Ponte do Couto; a capela São Nicolau; a capela Imaculada Bela Cruz; a capela Imaculada da Conceição; a capela São Nicolau; e a fonte localizada na rua Adolfo Pritsch.

Para o presente texto, destacar-se-ão: a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário (1779), o Solar do Almirante Alexandrino de Alencar (1790), o Teatro Apolo

(1794), o Clube Literário (1886), a Rua da Ladeira (1813), a Ponte do Couto (1848) e a Antiga Escola Militar de Rio Pardo (1848).

Uma das primeiras e mais conhecidas edificações de Rio Pardo é a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, com características predominantemente portuguesas, com traços leves, simples e que ostentam o modelo neoclássico. A igreja possui sete altares de origem barroca, que trazem à tona a força do catolicismo ainda presente no final do século XVIII. Além disso, em sua estrutura interna, é possível observar as sacadas que os moradores mais abastados ocupavam durante os ritos religiosos, para não se misturar com o *povo*.

A referida edificação, segundo Dante Laytano (1946, p. 28 apud. LUZ, 2007, p. 27), “foi construída no lugar onde existiu outra, inaugurada em 3 de outubro de 1779 como um ponto central da área na qual se encontrava a extensão da Fortaleza Jesus, Maria, José”. Além disso, a construção da capela durou quase cem anos para ficar pronta, em razão de sofrer alguns impasses e alterações estéticas ao longo de sua edificação (VOGT; ROMERO, 2010, p. 180-181). Nesse lugar, a cidade começava a dar seus primeiros passos rumo ao crescimento. A rua da Ladeira, uma das primeiras ruas calçadas no estado, “passava na região em que se encontra a instituição religiosa e ligava essa com a fortaleza e com a cidade em desenvolvimento” (LUZ, 2007, p. 24).

Imagem 5 – Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário (1779)



Fonte: RIO PARDO, Prefeitura Municipal.

A capela foi inaugurada em 3 de outubro de 1779, sem a conclusão das torres. Somente em 1885, quando a segunda torre foi construída e o interior da Igreja decorado pelos arquitetos italianos Corso Serafim e Vicente Prato, a estrutura realmente foi considerada completa (VOGT; ROMERO, 2010, p. 180). Desde 2010, a Igreja Matriz se encontra tombada pelo IPHAE. Está localizada na rua Júlio de

Castilhos e está bem conservada, em decorrência das reformas efetivadas no início do século XXI.

O Solar do Almirante Alexandrino de Alencar é outro importante patrimônio histórico. O prédio se estrutura em barro e madeira, com doze cômodos, distribuídos em seus dois andares, e uma senzala. “Construído em 1790, o prédio apresenta linhas arquitetônicas portuguesas e foi o casarão de uma das primeiras famílias açorianas a povoar a cidade de Rio Pardo” (MARINHA DO BRASIL, 2016). O Solar foi responsável por abrigar os bens do Rio-pardense Manuel de Araújo Porto Alegre, que mais tarde recebeu o título de Barão de Santo Ângelo, pelo imperador D. Pedro II. O Barão teve um importante papel no desenvolvimento artístico e cultural brasileiro, tendo participação como escritor, pintor, professor e arquiteto.

Além disso, em 1848, na casa em apreciação, nasceu Alexandrino Faria de Alencar, que se tornou uma figura influente ao longo das décadas, ocupando cargos políticos durante a República Velha. Antes disso, ingressou, em 1865, na Marinha e fez parte da “Esquadra em Operações na Guerra contra o Paraguai. Depois disso, o Almirante Alexandrino assumiu o posto de Ministro da Marinha nos governos de Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás e Artur Bernardes” (MARINHA DO BRASIL, 2016). Ainda: foi um dos comandantes da Revolta da Armada, movimento contra a falta de reconhecimento do governo, que marcou o sentimento de inferioridade que a Marinha sentia em relação ao Exército.

Imagem 6 – Solar do Almirante Alexandrino de Alencar (1790)



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2019)

A edificação, que mais tarde passaria a ser chamado de Solar do Almirante Alexandrino de Alencar, pertenceu à Marinha do Brasil até 1954, quando, a pedido do ex-prefeito de Rio Pardo, Fernando Wunderlich, e do fundador do arquivo histórico, Biágio Tarantino, passou para a responsabilidade do município, que a reformou em 1956. A construção, em 1970, passou para os cuidados do IPHAN. Continua como propriedade da Marinha do Brasil, mas conta com proteção do

IPHAN e com cessão de uso para a Associação de Amigos do Solar do Almirante (AASA), criada no ano de 2019. A associação pretende “restaurar o prédio em etapas, contando com o apoio da iniciativa público e privada, para que possa se tornar um espaço autossustentável, em condições de abrigar atividades culturais e artísticas [...]”. A ideia é transformar o local em um centro cultural” (TESCHE, 2019). No ano de 2015, o prédio, localizado na rua Almirante Alexandrino, foi tombado pelo município de Rio Pardo.

Outro patrimônio a ser destacado também remonta ao início do século XIX, quando Rio Pardo se encontrava em expansão e o comércio local ganhava forças em razão da confluência dos rios Jacuí e Pardo. Em decorrência disso, se melhorou a infraestrutura, por exemplo, com construção de ruas que possibilitassem e facilitassem o transporte das mercadorias. Assim, no ano de 1813, um caminho foi construído pelos escravos. Esse caminho foi realizado com pedras do rio Jacuí, mas “há quem diga que, com a perda da função de defesa do forte até o início do século XIX, houve um aproveitamento dos materiais para a pavimentação da rua” (SCHNEIDER, 2005, p. 115), conhecida atualmente como Rua da Ladeira. A referida via “ligava o alto da Fortaleza, local onde teve origem o povoado, com a parte residencial e a zona comercial. Que ficava quase toda nas proximidades da praia, juntamente com as ruas a ela circunscrita” (VOGT; ROMERO, 2010, p. 39). Recebeu diversos nomes ao longo dos anos, começando por Direita; em seguida, do Imperador; depois Silveira Martins; e, por fim, o atual nome, Júlio de Castilhos (LUZ, 2007, p. 24).

Imagem 7 – Rua da Ladeira e suas Conexões



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2019).

Ao se observar a rua, é possível perceber uma pavimentação com pedras grandes, irregulares, em estilo romano. A forma da sua edificação visava o escoamento da água pelo centro da rua, tendo as laterais mais elevadas que o centro. Por ser

um local movimentado, em decorrência do comércio, foram instalados, nas laterais da rua, alguns frades de pedra para se amarrar os cavalos. Entretanto, somente é possível visualizar esse bem material porque, nos anos 1950, um pesquisador local, Biágio Soares Tarantino, conseguiu mobilizar políticos e intelectuais contra uma medida de transformação da Rua da Ladeira (COSTA; REMEDI, 2013).

Os reflexos dos projetos de modernização das cidades brasileiras atingiram Rio Pardo e se iniciou a retirada das pedras irregulares, mas, “em 6 de fevereiro de 1955, muito preocupado com a situação, Biágio escreve artigo em um jornal local alertando para o *golpe contra as tradições* e advertindo que as futuras gerações cobrariam os atos dos responsáveis pela mutilação” (VOGT; ROMERO, 2010, p. 39). Em razão dessa movimentação, a parte da via que não tinha sido desconfigurada passou a ser vista como patrimônio da história do Rio Grande do Sul, sendo tombada no ano de 1955, pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN. Atualmente, a rua está preservada e nela é permitida apenas a circulação de pedestres.

Outro marco foi a construção da Ponte do Couto, que se localiza na avenida Pinto de Castro, no bairro Ramiz Galvão, no ano de 1848. Foi projetada e iniciada por João Martinho Buff e finalizada por Antônio Luiz da Costa Esteves, que a construiu totalmente com pedras e estruturada com grandes arcos abaixo da superfície. Segundo Laytano (1979, p. 67), “a construção da ponte foi demorada, não faltando nem mesmo um desmoronamento das paredes no início da obra”, razão para que o engenheiro provincial Buff fosse substituído por Esteves (LUZ, 2007, p. 46). A Ponte do Couto foi tombada pelo IPHAE, através da portaria nº 34/2013 de 17 de maio de 2013 (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Imagem 8 – Ponte do Couto (1848)



Fonte: RIO PARDO, Prefeitura Municipal.

Ao alterar o foco para os elementos de efervescência artística e cultural, destaca-se a construção do Clube Literário, no ano de 1886. A primeira Escola Tática

e de Tiro de Rio Pardo, instalada em 1885, encontrava-se em vigor e atraía muitos jovens e diversos visitantes ao local, os quais muitas vezes se abrigavam na casa de viajantes, chamada de Hotel Provitina, localizada na rua 15 de Novembro, atual rua João Pessoa. Com todo esse movimento, sentiu-se a necessidade de construir mais um lugar que incentivasse reuniões, promovesse debates entre intelectuais e contatos sociais.

Imagem 9 – Clube Literário e Recreativo de Rio Pardo



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2019).

A iniciativa foi de Antônio Sena Madureira, sua esposa Constância e do “deputado, advogado, jornalista e poeta Heráclito Americano de Oliveira [...]”. A sociedade fundada foi o centenário Clube Literário e Recreativo de Rio Pardo, que faz parte da vida social da cidade até os dias atuais” (VOGT; ROMERO, 2010, p. 65). Os visitantes e moradores de Rio Pardo, ao ver essa edificação, deparam-se com um entalhe destacando o ano de 1909, isto é, o ano em que a construção foi inaugurada. Vale ressaltar que o seu ano de criação data de 1885, porém a sua inauguração foi celebrada somente em 1909. O Clube, localizado na rua Andrade Neves, foi arrolado pela prefeitura municipal no ano de 1999.

Outro prédio que faz parte do patrimônio local é o do atual Centro Regional de Cultura. A construção foi projetada e realizada pelo engenheiro João Martinho Buff, em 1848, para ser, originalmente, “o Hospital da Irmandade dos Passos, mais tarde transformado em prédio da Escola Militar e, posteriormente, no Centro Regional de Cultura” (VOGT; ROMERO, 2010, p. 162). Em homenagem à visita da família imperial ao município, exatamente dois anos após, ou seja, “em 1848, foi lançada a pedra fundamental do prédio. A cerimônia foi realizada com todas as formalidades prescritas no ritual romano: a pedra que foi colocada no centro da parede que forma um ângulo na frente do edifício, do lado Oeste” (LAYTANO, 1946, p. 39, apud LUZ, 2007, p. 43).

Apesar de todas as festividades e das generosas doações para a construção do hospital de caridade, em razão da falta de recursos para colocar em uso, no ano de 1880, o prédio foi ofertado ao governo Imperial, que instalou o Regimento de

Infantaria no local. Posteriormente, esse Regimento se desdobrou em quatro escolas militares. A primeira se originou após a guerra do Paraguai, quando o Conde D’Eu, ao visitar Rio Pardo em 1885, propôs que fosse instalada uma escola militar, a primeira Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo, que perdurou até 1891. A instituição recebeu outras denominações, até que encerrou suas atividades, em 1911.

Em função da existência da escola, uma grande quantidade de jovens militares circulava pela cidade, participava das festas no Clube Literário e desfilava nas marchas e atividades militares. A escola também foi responsável por abrigar figuras que, posteriormente, viriam a se tornar grandes nomes da história do Brasil, dentre os quais se encontram: Getúlio Vargas, Marechal Eurico Gaspar Dutra e o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, que se tornou comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e lutou na Itália durante a Segunda Guerra Mundial (REZENDE, 1993, p. 62).

Em 1974, houve a desocupação total do edifício, que ficou abandonado, o que acelerou o seu processo de degradação. O imóvel foi doado ao “Governo do Estado do Rio Grande do Sul, propondo a sua restauração, preservação e manutenção das formas originais para abrigar um Centro Comunitário de Atividades Culturais” (LUZ, 2007, p. 65).

Imagem 10 – Centro Regional de Cultura



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2019).

A instalação se encontra tombada e protegida pelo IPHAE, desde o ano de 1983, sendo que em 2002, ela foi revitalizada. Situada na rua Andrade Neves, mantém-se em estado de conservação, abrigando o atual museu de Rio Pardo e a biblioteca pública local. Além disso, o IPHAE promove eventos culturais dentro do prédio, como exposições e teatros, atingindo, assim, o objetivo principal da transformação da escola militar em um centro histórico e cultural.

Portanto, é possível encontrar nos *lugares de memória* acima referidos, parte das raízes de Rio Pardo que atravessaram o tempo e se mantiveram. São locais que as pessoas podem visitar ou apenas observar a fachada e a estrutura desses patrimônios centenários. Compreendem prédios, pontes e ruas que desenham a história local e permitem o contato com o passado e sua formação. Assim, por meio dessa linha do tempo estabelecida entre os séculos XVIII e XIX, foi possibilitado perceber os principais e mais conhecidos pontos históricos do município.

A construção da identidade através da história e do patrimônio

Uma das maneiras de se perceber como ocorre a construção da identidade é a partir do processo de ensino/aprendizagem escolar da história e do patrimônio. No caso de Rio Pardo, o ano de 2013 é tido como ponto de referência, pois foi quando a Secretaria Municipal de Educação se sentiu estimulada a prover as crianças e os adolescentes a conhecer e aprender sobre a fundação da cidade, as construções e as personalidades julgadas importantes (ENTREVISTA 1, 2020). A preocupação central era de que a memória local se apagava gradativamente a cada geração. Em função disso, os supervisores educacionais da referida secretaria, juntamente com um grupo de professores, discutiram a possibilidade de se criar uma disciplina que abordasse a história e o patrimônio de Rio Pardo, a implantação dessa disciplina e os conteúdos a serem estudados.

Após as discussões, definiram os principais objetivos e elaboraram o Plano de Estudos da disciplina, a qual foi implantada em 2014, nos 8º e 9º anos do ensino fundamental. Estabeleceram que, no 8º ano, o ensino seria direcionado aos tratados de limites territoriais a partir do século XVIII, a origem e a evolução histórica de Rio Pardo e as bases econômicas originárias do município: a agricultura, a pecuária e o entreposto comercial. Depois disso, trabalhar-se-iam as funções militares e as escolas de formação, o desenvolvimento urbano, populacional e cultural do século XIX e a fase monárquica do Brasil bem como a sua relação com Rio Pardo; ou seja, durante o ano letivo, seria ensinada a história de Rio Pardo desde o século XVIII até o século XIX (RIO PARDO, 2014).

Já em relação ao conteúdo trabalhado no 9º ano, cabe destacar que haveria a continuação temporal do assunto trabalhado no ano anterior. Dessa forma, seriam estudados com os alunos os denominados marcos de estagnação de Rio Pardo, tais como os sucessivos desmembramentos, a colonização alemã, a industrialização, a manutenção do modelo agropastoril e os modos de transporte locais (hidrovias, ferrovias e rodovias). Dando continuidade, seriam abordados os principais eventos históricos do século XX e sua relação com Rio Pardo, particularmente a Segunda

Guerra Mundial, a Era Vargas e a Ditadura militar. Mais para o final do ano letivo, seriam abordadas as transformações recentes na organização espacial de Rio Pardo, com a ampliação e a diversificação da paisagem e o cenário cultural do município.

O projeto também estabeleceu que a disciplina de história de Rio Pardo seria trabalhada no decorrer de 1 período por semana. Cabe destacar que a disciplina é diferente e, ao mesmo tempo, se relaciona com a de história, possibilitando interconexões entre as duas. Como havia poucas informações sistematizadas sobre o assunto, os professores da rede municipal ficaram responsáveis por procurar conteúdos e materiais para lecionar (ENTREVISTA 2, 2020).

Dessa maneira, por ser muito ampla a busca por informações sobre o município, o ensino não teve parâmetro orientador. Cada professor passou a focar em diferentes partes da história. Consequentemente, alguns alunos aprendiam alguns contextos históricos e outros não. Diante desse dilema enfrentado pelos professores, a Secretaria Municipal de Educação de Rio Pardo promoveu um curso de capacitação, cerca de um ano após a implementação do projeto, a fim de auxiliar os professores a ensinar e a repassar pontos importantes sobre a história local. Além disso, o município negociou a implementação da disciplina de História de Rio Pardo na escola de formação de professores, em nível médio (magistério), que é estadual, com a finalidade de passar aos/as futuros/as professores/as, o conhecimento histórico em questão.

No ano de 2017, o grupo de supervisão da Secretaria Municipal, percebendo a dificuldade de alguns professores em aplicar o conteúdo, entrou em contato com a professora e pesquisadora da história de Rio Pardo, Silvia Barros, para que elaborasse um material didático para ser utilizado com os respectivos estudantes (ENTREVISTA 1, 2020). Esse material de pesquisa e conhecimento histórico foi compilado em forma de livro e distribuído entre os/as professores/as da rede municipal, para que fossem elaborados os planos de aula e aplicados na disciplina de História de Rio Pardo. Entretanto, em 2019, durante as reuniões que pautavam as orientações presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Referencial Curricular Gaúcho (RCG), para que houvesse a elaboração do Documento Orientador Municipal (DOM), observou-se que não constava a indicação da disciplina e/ou conteúdos sobre a história de Rio Pardo.

Baseado no contexto histórico do Município, sentiu-se a necessidade de incluir, na Rede Municipal de Ensino, o componente História de Rio Pardo, na Área de Ciências Humanas, no 8º e 9º ano. E está aberta esta possibilidade às outras Redes quando elaborarem seus planos de estudo, que serão construídos em regime de colaboração. Por fim, nunca é demais ressaltar que a BNCC, o Referencial Curricular Gaúcho e,

por consequência, o Documento Orientador Municipal não são currículos sobrepostos, mas um caminho que deva ser percorrido (DOM, 2019).

Houve a necessidade de incluir a história de Rio Pardo nesses documentos, para que fosse normatizada na Matriz de Referência Curricular do Município e incorporada ao DOM. Assim, foram estabelecidas as *Habilidades da História de Rio Pardo*, gerando um novo documento orientador para ser utilizado nas escolas municipais (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2019). Ficou muito parecido com o primeiro Plano de Estudos, criado entre 2013, mas foi além e contemplou questões ligadas ao turismo e permitiu maior flexibilidade para que os professores pudessem relacionar eventos históricos gerais com os ocorridos em Rio Pardo.

A inclusão da disciplina História de Rio Pardo nos anos finais do ensino fundamental permitiu retomar o seu conhecimento, uma vez que estava sendo apagada gradativamente. Esse processo de esquecimento se encontrava tão avançado que, quando foi implantada essa disciplina nas escolas, os professores encontraram muitas dificuldades em aplicar os conteúdos aos seus alunos. Assim, o processo de ensino também foi de aprendizagem, ou seja, professores e alunos aprenderam juntos a história municipal.

Portanto, o ensino da nova disciplina não era tão simples, pois os professores necessitavam de estudo e pesquisa aprofundada acerca da história local, que já se encontrava em fase de esquecimento. Também foi criado um material referente ao ensino de História de Rio Pardo, não como uma disciplina, mas dentro do próprio campo de ciências humanas para o 3º e 4º anos do Ensino Fundamental. Contempla a bandeira, o hino, como a população se constituía socialmente, as estruturas das casas açorianas, os trabalhos exercidos na cidade, o trabalho escravo, a trajetória dos viajantes, as lendas e os pontos turísticos locais. O objetivo é despertar uma consciência sobre a importância de manter e de preservar a história local e seu patrimônio cultural.

Entretanto, um/a professor/a relatou que, com base na sua experiência e no fato de que a escola onde trabalha está localizada no interior do município, ou seja, muito afastada da cidade, encontra resistência dos/as alunos/as em se interessar pela disciplina. Isso ocorre porque muitos/as alunos/as sequer visitaram ou tiveram contato com o centro de Rio Pardo, em função das limitações socioeconômicas de suas respectivas famílias. Na mesma entrevista, ao ser questionado/a, descreveu que há pouco enfoque na proteção, preservação e importância do patrimônio cultural, mas cabe ao próprio professor fazer esse movimento de educação patrimonial. Entretanto, chamou a atenção para a questão de que o município não tem uma políti-

ca para a promoção do turismo, a partir da divulgação do seu patrimônio cultural (ENTREVISTA 3, 2020). É possível mudar esse cenário com as futuras gerações, a partir da educação escolar.

Atualmente, muitos patrimônios se encontram em ruínas, pelo descaso do governo e de parcela da população local. Por isso, é necessário seguir o caminho da conscientização e do ensinamento aos/às alunos/as sobre a importância do patrimônio, estimulando-os/as a retomar os vínculos com a história local, ou seja,

A história deve ser considerada como um ramo fundamental do saber. Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo (LE GOFF, 1990, p. 41).

Consequentemente, permitirá que os/as jovens se mobilizem e influenciem aqueles em seu entorno para um olhar diferente com relação aos bens culturais, gerando a consciência de que se deve cobrar do governo e da população cuidados e melhorias. Além disso, cabe destacar que, concomitante com a cobrança de cuidados da gestão municipal, é importante criar uma parceria com entidades públicas e privadas para fortalecer e criar um movimento em prol da proteção patrimonial em busca da manutenção da memória local e do estímulo ao turismo. Se não houver cuidado e constante manutenção da memória e do patrimônio, eles *morrerão* e serão esquecidos, juntamente com a identidade local, ou seja, “recuar ao passado para entender o presente permite a *consciência de viver o presente*” (CAMARGO, 2005, p. 29). É o sentimento de pertencimento, de identificação, de conhecimento da história municipal e do simbolismo dos locais de memória, que os tornam importantes para uma sociedade, um grupo ou uma cultura.

Considerações finais

O município de Rio Pardo, conforme apontado ao longo do texto, tem uma história marcada por diversos fatos, personalidades e diferentes patrimônios que o caracteriza e identifica de forma própria. Para desenvolver a pesquisa em apreço, pontuaram-se alguns acontecimentos, locais e algumas questões que permitiram questionar, refletir e ver a importância de preservar e estimular um maior contato com esses locais de memória e de identidade. O patrimônio carrega em si a cultura e o desenvolvimento social. Assim, revive os tempos passados, mas também a memória de Rio Pardo, destacando a importância de preservar os patrimônios por meio de cuidados como a revitalização estrutural e a evocação constante da história

e da identidade. Logo, tal movimento não permite a quebra das raízes históricas locais ou o perecimento dessas raízes através do descuido local e do movimento de substituição da memória.

Assim, foram apresentadas uma representatividade e uma construção da identidade a partir de fatos históricos e objetos que representam Rio Pardo, através da patrimonialização. Ao mesmo tempo, são aspectos para demonstrar estratégias de desenvolvimento com base em ações de valorização de produtos e serviços; no caso, preservação do patrimônio cultural, os quais representam a sociedade e estão em um constante processo de construção. De forma geral, os patrimônios apresentados, nesse momento, são os de maior significado em função de sua importância histórica e identitária.

Por fim, em termos locais, o ambiente escolar foi outra preocupação e foco de ação do poder público, para que as novas gerações tenham informações de aspectos que integrem a história e a identidade de Rio Pardo e que estão patrimonializados. Pretende-se que os habitantes do município tenham conhecimentos sobre como ocorreu e o que justifica essa escolha e a necessidade de sua preservação, tendo em vista a construção de sua identidade.

Referências

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- BRANCO, Patrícia M. Castelo. Patrimônio Histórico e Turismo: Uma Construção Social. 2009. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/artigos-teses-e-dissertacoes>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei Nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 8 jun. 2020.
- BRASIL. Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11701260/artigo-17-do-decreto-lei-n-25-de-30-de-novembro-de-1937>. Acesso em: 21 out. 2020.
- BRITO, Mariana Vieira de. A Política de Patrimônio Francesa: Esboçando seu Passado e Presente. *Revista CPC*, São Paulo, USP, v. 13, n. 25, 2018.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2005.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Especialistas Comentam Derrubadas de Monumentos e Estátuas Pelo Mundo. *Café História*, 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/especialistas-comentam-derrubada-de-estatuas-pelo-mundo/>. Acesso em: 4 set. 2020.
- COSTA, Miguel Ângelo Silva da; REMEDI, José Martinho Rodrigues. Em nome dos valiosos testemunhos de nossas caras tradições: a “invenção” da cidade monumento e a polêmica patrimonialização da Rua da Ladeira – Rio Pardo (RS). *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, 2013.
- DILLY, Gabriela; GEVEHR, Daniel Luciano. Tombamento, poder e representação: o patrimônio cultural no Rio Grande do Sul. In: GEVEHR, Daniel Luciano (Org.). *Memória, identidade e patrimônio cultural: uma contribuição dos estudos regionais*. Guarujá: Científica Digital, 2021.
- ENTREVISTA 1, Concedida aos autores. Rio Pardo, 2020.
- ENTREVISTA 2, Concedida aos autores. Rio Pardo, 2020.
- ENTREVISTA 3, Concedida aos autores. Rio Pardo, 2020.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos e Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LAYTANO, Dante de. *Guia Histórico de Rio Pardo: Cidade Tradicional do Rio Grande do Sul*. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

- LUZ, Maturino da (org.). *Antiga Escola Militar de Rio Pardo: História e Arquitetura*. Porto Alegre: Defender, 2007.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *O Solar do Almirante: História pela Arquitetura*. Porto Alegre: UFRGS, 1980.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993.
- OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, História e Patrimônio. *Perspectivas Contemporâneas da Pesquisa Histórica. Fronteiras*, Dourados, v. 12, n. 22, 2010.
- REZENDE, Marina de Quadros. *Rio Pardo: História, Recordações, Lendas*. 2. ed. Rio Pardo: 1993.
- RIO GRANDE DO SUL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE. Porto Alegre, s.d. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br>. Acesso em: 8 out. 2020.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 12.003, de 12 de novembro de 2003. Declara integrante do Patrimônio Cultural do Estado a área histórica da cidade de Rio Pardo. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.003.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.
- RIO PARDO. Prefeitura Municipal. *Prédios Arrolados e Tombados*. Rio Pardo, 2018.
- RIO PARDO. Prefeitura Municipal. *Documento Orientador Municipal – DOM*. Secretaria Municipal de Educação. Rio Pardo, 2019.
- RIO PARDO. Prefeitura Municipal. *Habilidades história de Rio Pardo*. Secretaria Municipal de Educação. Rio Pardo, 2019.
- RIO PARDO. Prefeitura Municipal. *Plano de estudos 2014: Ensino Fundamental – Anos finais*. Secretaria Municipal de Educação. Rio Pardo, 2013.
- RIO PARDO. Secretaria Municipal de Educação. *Plano de estudos 2014: Ensino Fundamental – Anos finais*. Rio Pardo, 2014.
- SCHNEIDER, Luiz Carlos. *Rio Pardo: Evolução Urbana e Patrimônio Arquitetônico-Urbanístico*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- SOLAR almirante Alexandrino é Reinaugurado em Rio Pardo (RS). *Marinha do Brasil*, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/node/2640>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- TESCHE, Otto. Comunidade abraça salvamento de prédio histórico em Rio Pardo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 nov. 2019. Disponível em: www.correiodopovo.com.br. Acesso em: 5 nov. 2020.
- TESCHE, Otto. Prédio histórico é colocado à venda em Rio Pardo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 dez. 2014. Disponível em: www.correiodopovo.com.br. Acesso em: 20 out. 2020.
- VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 13-31, 2008.
- VOGT, Olgário Paulo; ROMERO, Maria Rosilane Zoch (orgs.). *Uma Luz para a História do Rio Grande: Rio Pardo 200 Anos: Cultura, Arte e Memória*. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2010.